

Aconteceu

Garimpeiros voltam a invadir área Yanomami em RR

(página 10)

Murilo Santos/CEDI/Junho de 89



Biblioteca - Koinonia

- (X) Cadastrado
- (✓) Processado

Mais de 200 balsas de garimpeiros voltaram ao rio Uraricoera, em Roraima, repetindo a cena registrada em 1989

Mais um trabalhador rural é assassinado no sul do Pará

Mauro dos Santos, um lavrador de 26 anos, foi assassinado no sul do Pará após ter denunciado os pistoleiros que mataram os irmãos Canuto. Segundo a Secretaria Nacional do PT, "parece estar em curso um processo de *colombianização* da Amazônia brasileira", ou seja de eliminação sistemática de dirigentes e militantes sindicais por parte de pistoleiros ou milícias particulares. (Página 7)

Privatização da Usiminas: bom negócio para quem?

A primeira estatal brasileira a ser posta a venda pelo governo Collor é a siderúrgica Usiminas. Trata-se de uma empresa extremamente rentável, que só nos primeiros quatro meses deste ano realizou lucros de US\$ 45 milhões e que vem exibindo índices de produtividade superiores ao padrão internacional. As condições de venda são muito favoráveis aos potenciais compradores. (Página 3)

'Morte de meninos de rua é genocídio', diz relatório da PF

Um relatório reservado da PF confirma as denúncias que há anos são repetidas pelas entidades de defesa dos direitos humanos e constantemente rejeitadas pelo Governo: a cada dia, pelo menos três meninos de rua são mortos no país. Segundo dados levantados pela PF, 4611 menores foram mortos nos últimos três anos em todo o Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro e Recife são as cidades com mais assassinatos. (Página 2)

056
1991

PF admite: 4611 menores assassinados nos últimos três anos

Nos últimos três anos pelo menos 4611 menores foram mortos em todo o Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro e Recife lideram as estatísticas de crimes. Este dado se encontra num relatório reservado preparado pela Assessoria de Planejamento, Pesquisa e Análise (Appa) da Polícia Federal. O documento trata da questão do menor de rua a partir de sua convivência com o universo marginal das drogas, prostituição, adoção ilegal, pobreza e violência. O próprio relatório classifica a situação como "genocídio" e conclui que a violência, além de tomar proporções alarmantes, está fora de controle.

Os números indicam extermínio crescente de menores nas metrópoles. Em 1988, foram mortas 449 crianças

em São Paulo; em 1989 esse total subiu para 783; em 1990 atingiu 918. O crescimento foi de 104% e os assassinatos somaram 2150. No Rio, no mesmo período, os totais de violência foram os seguintes: 294, 445 e 492 (crescimento de 67% e 1231 assassinatos). No Recife, a contabilidade da morte foi 113, 85 e 127. Em todo o país os crimes contra os menores aumentaram 75,32%.

A pesquisa revela que a partir de 3 anos a criança de rua passa pelas mãos de três grupos criminosos: os pais de aluguel, que as exploram na mendicância, depois os traficantes e por fim, caso escapem da "queima de arquivo", passam a trabalhar para os assaltantes. Dos 45 milhões de menores que vivem no país, 25 milhões são desnutridos crônicos, 10 mi-

lhões submetidos ao trabalho precoce, 7 milhões de deficientes físicos e mentais e milhares vítimas de maus tratos. A renda familiar de 54% das crianças e adolescentes brasileiros é de meio salário mínimo; outras 30% vivem em pobreza absoluta com apenas 1/4 de salário mínimo.

Sempre segundo o relatório da PF, a cada ano cerca de 3 mil crianças deixam o país clandestinamente, enquanto apenas 1.500 são adotadas legalmente por estrangeiros. A Itália recebe 50% das crianças traficadas, seguindo-se a França, com 30%; EUA, 6%; Israel, 4%; Bélgica, 3%; Holanda, Suécia e Alemanha com cerca de 2% cada. Neste "mercado negro", uma criança vale de US\$ 8 a US\$ 20 mil. (O Estado de S. Paulo, 5/6/91)

Vitória de Freire inicia fase de mudança no PCB

O velho "Partidão", o PCB, começa a mudar. No 9º Congresso do partido, encerrado em 2 de junho no Rio de Janeiro, a chapa dos renovadores, "Socialismo e democracia", obteve 54% dos votos dos 600 delegados, ficando com 38 dos 71 membros do Diretório Nacional. Como novo presidente foi eleito Roberto Freire, 49, deputado federal e ex-candidato à presidência da República em 1989. O Congresso aprovou uma resolução política que mantém o marxismo-leninismo apenas como referência histórica e não mais como guia ideológico. O programa do partido admite agora a par-

ticipação da iniciativa privada na economia, desde que tenha função social e rechaça a estatização total.

"A questão democrática foi assumida com radicalidade" — disse Freire — "Isso significa fim da tese do partido único, alternância de poder, pluralismo, liberdade e direitos individuais". Foi abandonado, embora por enquanto apenas parcialmente, o "dogma" do centralismo democrático na tomada das decisões e no funcionamento da máquina partidária. Em suma, o PCB tomou o rumo do chamado socialismo democrático. Isto provocou duras polêmicas por parte

dos "ortodoxos" do partido, reunidos na chapa "Fomos, somos e seremos comunistas", cujo um dos líderes foi o arquiteto Oscar Niemeyer, que obteve 36,5% dos votos e ficou com 26 membros do Diretório Nacional. Uma terceira chapa, formada por um grupo de militantes gaúchos, obteve 10,5% dos votos e sete vagas.

Os ortodoxos anunciaram que darão batalha para preservar a ideologia e a tradição do "Partidão" e chegaram a ameaçar uma cisão em caso de uma ulterior virada "social-democrata". (Folha de S. Paulo, 3/6/91 e O Estado de S. Paulo, 4/6/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Editor: Carlos Alberto Ricardo • **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) • **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elié Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomasic (Economia), Tony Gross (Meio Ambiente) • **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martine (RJ) e Vera Feitosa (SP) • **Documentação e Pesquisa:** Ángela Galvão • **Diagramação:** Marta Cerqueira Leite Guerra • **Paginação:** Alfredo Coelho • **Fotolitos e Imprensa:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI:

Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 224-6713
Fax: (021) 242-8847

ou

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544
Fax: (011) 825-7861

Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 1.400,00
Assinatura exterior: US\$ 50

Privatização da Usiminas: boa pechincha

Quando o leiloeiro bater o martelo, no dia 24 de setembro próximo, o governo Collor estará concretizando o início de um dos seus mais ousados objetivos, a privatização das estatais brasileiras. O anúncio da venda da Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) foi dado no último dia 29 de maio pelo coordenador da Comissão Nacional de Desestatização e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eduardo Modiano. Segundo ele, serão leiloados 85,56% do capital da empresa por um preço mínimo de US\$ 1,54 bilhão. Os outros 14,4% pertencem à multinacional japonesa Nippon Steel.

O tom solene e a escolha do Palácio do Planalto para o anúncio, enfatizaram que o governo apostava no sucesso da operação. De fato, esta não é uma aposta arriscada, já que a Usiminas, mesmo com uma defasagem em relação aos preços internacionais do aço de cerca de 30%, realizou lucros de US\$ 45 milhões nos primeiros quatro meses do ano, mantendo médias superiores a US\$ 100 milhões nos últimos anos. E mais, a empresa está implantando, com recursos próprios, seu Plano de Atualização Tecnológica (84/93), com investimentos de US\$ 620 milhões, estando mais da metade já realizados. Com isso, a empresa exibe índices de produtividade invejáveis que superam inclusive padrões internacionais como, por exemplo, o Japão. A Usiminas produz 381 toneladas de aço/homem/ano, contra 351 toneladas naquele país.

Agitação nos mercados — O anúncio da venda agitou os mercados financeiros em todo o mundo. Não só pelo bom desempenho da Usiminas como pelas condições extremamente facilitadas definidas pelo governo brasileiro. Além do valor da avaliação, o governo decidiu aceitar como pagamento uma série de

MOEDAS DE PRIVATIZAÇÃO

Os títulos da dívida externa começam a aparecer como a principal moeda para o processo de privatização. Os cruzados novos constituem-se em moeda com disponibilidade igual aos títulos, US\$ 32,1 bilhões, mas o início do desbloqueio, previsto para setembro, faz diminuir o interesse pelo seu uso.

NACIONAIS	US\$ BILHÕES
Cruzados Novos (NCz\$)	32,1
Débitos Vencidos/Renegociados	6,3
Debêntures Siderbrás	4,2
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	1,4
Título da Dívida Agrária (TDA)	0,7
Certificados de Privatização (CP)	0,3
Sub Total	45,0
EXTERNAS	
Multi Year Deposit Facility Agreement (MYDFA)	27,0
Parallel Financing Agreement (PFA)	3,1
Commercial Bank Co-Financing Agreement (CFA)	0,2
Brazilian Investment Bonds (Exit Bonds)	1,1
New Money Bonds (NMB)	0,7
Sub Total	32,1
TOTAL GERAL	77,1

Fonte: MG Associados

moedas, todas extremamente desvalorizadas (Certificados de Privatização, Cruzados Novos, Títulos da Dívida Agrária, Títulos da Dívida Externa e outras). Os Títulos da Dívida Externa, por exemplo, para os quais o governo garante um deságio de 25%, valiam nas cotações do mercado, em maio, apenas 30% do valor de face. Ou seja, para cada dólar em títulos da Dívida, que no mercado vale apenas 30 centavos, o governo admite fixar um valor de 75 centavos na compra da Usiminas.

Em tais condições não surpreende a movimentação dos mercados internacionais, onde estão se formando rapidamente fundos entre instituições financeiras como o Banco de Tókio e o Midland Bank, captando US\$ 1,5 bilhão, e a International Finance Corporation, ligada ao Banco Mundial, que pretende reunir cerca de US\$ 3 bilhões para disputar as ações.

Como declarou Ken Baxter, gerente-geral da corporação Bozano Simonson: "A Usiminas é uma oferta mui-

MOEDAS NACIONAIS

COTAÇÃO DE MERCADO (MAIO/91)

CPs	30% — 40%
FND	s/negócio
TDAs	40%
Debent. Siderbrás	repactuadas

Fonte: Grupo BMG

MOEDAS EXTERNAS

COTAÇÃO DE MERCADO (16/05/91)

MYDFA	28,875 — 29,00
PFA	29,50 — 30,50
CFA	s/negócio
Exit Bonds	47,125 — 47,50
New Money Bond	74,125 — 74,375

Fonte: Chemical Bank

to tentadora e quem se tornar seu dono terá, de repente, o controle da terceira ou quarta maior empresa privada brasileira". (CEDI, 11/6/91)

A Cetesb contra a Petrobrás. Na Justiça.

O processo que o governo do Estado de São Paulo vai mover contra a Petrobrás mobiliza as atenções dos técnicos da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), que o consideram "essencial para a mudança de mentalidade dentro de uma empresa que fatura US\$ 13 bilhões por ano e tem o desplante de festejar a destinação de apenas US\$ 200 milhões para o setor ambiental em 1991".

A Petrobrás agiu com "presteza e eficiência" ao limpar a sujeira deixada pelo 83º grande vazamento de petróleo em São Sebastião, dia 26 último. Esta foi a última declaração do ex-responsável pelo setor de Transportes da Petrobrás, o almirante Maximiano da Fonseca, demitido no último dia 3 da presidência da BR Distribuidora.

Ex-ministro da Marinha, ele não apenas considerou "inevitável" tais derramamentos como previu novas ocorrências do gênero: "O erro humano e a falha do material vão sempre existir". Com o que não concorda o procurador Geral do Estado, Michel Temer, que vai exigir da Justiça o total aparelhamento da estatal para que não ocorram mais "acidentes facilmente previsíveis e evitáveis", como o que colocou a Refinaria Presidente Bernardes sob o risco de explodir em 9 de abril último, quando

Em 13 anos, 96 derramamentos

Desde 1978 a Cetesb registrou 96 derrames de óleo no terminal de São Sebastião, que começou a operar em 1969.

Em janeiro de 1978, seis mil toneladas de óleo do superpetroleiro Brazilian Marina atingiram até as praias cariocas. Em 1981, em março, cinco toneladas de óleo caíram do World Gaia, em abril, foram dez toneladas, do Grand Wisdom. Em fevereiro de 1983, a colisão dos superpetroleiros Arablan Sea e Carmópolis deixou 300 tone-

ladas no mar. Dois meses depois, o World Petrobrás derramou 30 toneladas.

Em abril de 1984, houve um vazamento de óleo até hoje não explicado no córrego do Outeiro de São Sebastião. Em 1987, o record: 16 derramamentos. Em maio de 1988 mil toneladas de óleo se espalharam no mar a partir do rompimento do duto entre o terminal de São Sebastião e o de Cubatão. O duto se rompeu também em 1989, espalhando 600 toneladas.

houve um grande vazamento de gás em Cubatão.

"Isso demonstra que o próprio País já não suporta tanta impunidade e quer dar um basta à imprevidência", conclui Walter Lazzarini, presidente da Cetesb. Seus assessores rebatem o argumento preferido da Superintendência de Meio Ambiente, Qualidade e Segurança Industrial da Petrobrás para justificar as contínuas transgressões da estatal à legislação ambiental — o de que as suas refinarias operam há mais de 14 anos e foram instaladas quando as exigências ambientais eram mais brandas.

Dizem os assessores de Lazzarini: "Mesmo quando a insegurança e a poluição da Petrobrás eram uma questão de segurança nacional, na época ditatorial, a Cetesb pressionava seus dirigentes no sentido de sanear seus processos industriais".

A Petrobrás é a empresa que mais prejudica o litoral paulista, segundo a Coordenação das Curadorias Ambientais do Ministério Público de São Paulo. Esta Coordenação considera a Petrobrás campeã absoluta das 635 ações civis públicas que propôs à Justiça desde 1985. (Randau Marques/Jornal da Tarde, 7/6/91)

Guia para denúncias

A Fundação SOS Mata Atlântica organizou um guia para denunciar agressões ao meio ambiente. A entidade mostra como e a quem recorrer. Segundo o guia, a denúncia deve ser feita de preferência por escrito, especificando o tipo de agressão, a extensão dos danos e o acesso ao local. O manual aconselha que a comunicação seja feita em nome do grupo atingido. É essencial procurar o órgão ambiental competente, capaz de orientar e, se for o caso, multar ou exigir reparação do dano. O guia é distribuído gratuitamente pela Fundação, na rua Manoel da Nóbrega, 456, Paraisópolis — 04001 — São Paulo — SP. (Folha de S. Paulo, 5/6/91)

Mata Atlântica está reduzida a 6% no ES

Segundo levantamento dos Centros de Sensoriamento Remoto do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), 91,1% dos 45.733 km² do território do Espírito Santo foram modificados pela ação do homem.

A Mata Atlântica, que cobria 95% do território do estado, hoje se resumiu a 6% da vegetação original, disse o superintendente regional do Ibama, Carlos Ribeiro dos Santos.

Os primeiros resultados revelam que, depois do Espírito Santo, os estados que mais sofreram alterações

em suas superfícies foram o Rio Grande do Sul (89,7%) e São Paulo (88,2%).

No Espírito Santo, os primeiros substitutos da Mata Atlântica foram as pastagens e as plantações de café e banana. Hoje o eucalipto ocupa 91 mil hectares do norte do estado para abastecer a fábrica da Aracruz Celulose.

Uma das consequências da alteração na cobertura florestal foi o assoreamento do rio Doce, que teve sua profundidade reduzida. (Folha de S. Paulo, 5/6/91)

Ecologistas de Minas divulgam a *Lista Suja*

A Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), divulgou a lista anual de empresas que mais contribuíram para a degradação do meio ambiente em Minas. Das 12 nomeadas, oito são estatais, com destaque para a Petrobrás, há dez anos consecutivos na *Lista Suja*, desde sua primeira edição, e as siderúrgicas Usiminas e Belgo Mineira, apontadas pela oitava vez.

Estreiam a lista da Amda a siderúrgica da Ironbras, multada em mais de um milhão de BTNs por excesso de consumo de carvão vegetal, e a usina Queiroz Junior. Outras duas empresas privadas voltam a ser citadas pela Amda como poluidoras: a Mineração Rio Verde, responsável pela poluição de rios à esquerda da BR-040 (pela 5ª vez) e o Grupo Itaminas, que teve rompida uma barragem de contenção de rejeitos em Itabirito, causando prejuízos ambientais e a

morte de sete pessoas.

“A *Lista Suja* é um instrumento lamentável de pressão sobre as empresas poluidoras. A divulgação dos nomes tem o objetivo de despertar a opinião pública para o problema que essas empresas causam”, diz a ambientalista Dalce Ricas, representante da Amda. A divulgação da lista é completada com a distribuição de cartazes e exibição de dez outdoors em vários pontos de Belo Horizonte, além do envio de carta a todos que compõem a lista, informando os motivos da inclusão.

A recordista Petrobrás é acusada pela Amda de se recusar a tomar providências contra a poluição atmosférica no município de Belém, onde funciona a refinaria Gabriel Passos. A *Lista Suja* responsabiliza a refinaria por todo o óxido de enxofre e outros agentes causadores da chuva ácida que polui a região. Gases de enxofre

também estão na origem da queixa contra a Usiminas, siderúrgica estatal mais rentável do País e em processo de privatização. “A Usiminas lança 32 toneladas por dia de gases de enxofre na atmosfera do Vale do Aço e recusa-se a discutir a implantação de um sistema de dessulfurização na coqueira”.

Outra siderúrgica, a Belgo Mineira, foi citada como “a maior responsável pela poluição do rio Piracicaba” e acusada de não cumprir um termo de compromisso junto ao conselho de Proteção ao Meio Ambiente (Copam) “alegando problemas financeiros”. Integram ainda a lista, autarquias estaduais como o Instituto Estadual de Florestas (IEF), Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), e Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap). (Correio Braziliense, 5/6/91)

Meio bilhão de dólares. No lixo do Brasil

O Brasil joga fora por ano US\$ 596.146.869,00. Literalmente fora: este é o valor das 32,8 milhões de toneladas de lixo atiradas fora nesse período, segundo o professor João Tinoco Pereira Neto, da Universidade Federal de Viçosa-MG.

Tal quantia — obtida da análise do conteúdo aproveitável das 90 mil toneladas diárias de lixo produzidas no País — equivale a 9,8 milhões de salários mínimos e daria para construir 74.518 conjuntos habitacionais, com mil casas populares cada. Também, só com a metade desse dinheiro, o BNDES poderia implantar seu programa de combate à crise nacional de matérias-primas, implantando usinas de reciclagem do lixo nas 500 maiores cidades do País.

Pereira vê nessas 90 mil toneladas diárias (que, empilhadas, formariam uma montanha uma vez e meia maior que o Pico do Jaraguá) desperdiçadas a possibilidade de recuperação anual de 8,7 milhões de toneladas de papel

e papelão; 952,6 mil toneladas de plástico; 525,6 mil toneladas de vidro; e 755,5 mil toneladas de metais ferrosos e não-ferrosos, além de muito tecido, borracha, couro e madeira.

E, ainda por cima, pelo menos 15 milhões de toneladas de adubo orgânico. O suficiente, continua, para resolver outro problema brasileiro: o do custo elevado dos fertilizantes químicos estar acarretando a quase extinção da agricultura de pequeno porte, tradicional fonte de alimentos da população carente. Ocorre que tal cultivo fica inviabilizado pelo empobrecimento do solo e pelo alto preço dos adubos petroquímicos.

Além, é claro, de salvar a economia e a saúde pública: 80% dessa montanha de lixo são despejados a céu aberto na periferia das cidades, em mangues, mananciais e bosques remanescentes. Estes dejetos ficam assim ao alcance de uma população de catadores de sobras que oscila

Desastre ambiental: 90% das cidades despejam seu lixo a céu aberto

Cerca de 90% dos 4.425 municípios brasileiros utilizam vazadouros a céu aberto para depositar o lixo coletado, como resíduos domésticos, industriais e hospitalares. A constatação surgiu da pesquisa realizada durante três meses do ano passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Jornal da Tarde, 8/6/91)

entre 25 e 90 mil pessoas — um contingente de miseráveis que, segundo o BNDES, trabalha 24 horas por dia, mora ao redor dos lixões e se alimenta do que ali encontra. (Ran-dáu Marques/Jornal da Tarde, 29/5/91)

Atingidos de Itaparica denunciam a CHESF e o governo federal

A construção da Barragem Itaparica, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), inundou duas cidades em Pernambuco (Petrolândia e Itacuruba), uma na Bahia (Rodelas), além de dezenas de povoados nos dois estados, assim como todas as áreas férteis da margem do rio São Francisco, numa extensão de mais de 100 km. A barragem provocou enormes prejuízos à economia da região, com sérios danos à ecologia, além de transformar toda a estrutura de organização social da população local.

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco — congregando 13 Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região — conquistou, em dezembro de 1986, um acordo com a CHESF e o governo federal, onde estes se comprometeram a realizar o reassenta-

mento de todas as famílias atingidas até julho de 1988, assegurando sua sobrevivência através de uma "Bolsa de Manutenção Temporária".

No entanto, alegando falta de recursos, a CHESF e o governo federal não cumpriram com seus compromissos, conforme manifesto divulgado recentemente à opinião pública pelo Pólo Sindical do Submédio São Francisco. Desde fevereiro de 1990, porém, existem 100 milhões de dólares aprovados no Banco Mundial para os projetos, sem que o governo brasileiro se manifeste sobre a sua utilização.

Diante destes fatos, os trabalhadores atingidos pela Barragem de Itaparica exigem das autoridades da Bahia e Pernambuco urgentes providências, quais sejam: imediata liberação dos recursos nacionais e do Banco Mun-

dial para a retomada das obras dos Projetos da Irrigação; pagamento dos 2,5 salários mínimos da verba de "Manutenção Temporária"; demarcação das áreas de sequeiro nos Projetos; iniciar a implantação imediata do Projeto Jusante e definir com urgência o Projeto de Barra do Tarrachil, ambos em Glória-BA; solução imediata para as pendências de beneficiários com direito a reassentamento; solução para os casos de pendências indenizatórias; liberação imediata dos lotes invadidos por terceiros em Petrolândia; construção dos Núcleos Principais em todos os reassentamentos; melhoria dos serviços de saúde, educação e transporte em todos os reassentamentos; reajuste imediato no valor do desmatamento manual, de acordo com a diária na região. (CEDI, 11/6/91)

Colonos mobilizam-se em defesa da Transamazônica

Representando 470 mil moradores de cidades que se espalham ao longo de 1.000 km da rodovia Transamazônica, dois mil colonos da região montaram acampamentos, no início de junho, na cidade de Altamira (PA).

Constituindo o Movimento pela Sobrevida na Transamazônica, os colonos objetivam com esta ação denunciar a situação de abandono em que hoje, após 20 anos de política de colonização, se encontra a região, e pretendem sensibilizar as autoridades no sentido de que providências concretas sejam tomadas. Dentre suas reivindicações destacamos: a construção de hospitais e a contratação de médicos; a regulamentação das terras; financiamento, assistência e condições de comercialização para os colonos; a recuperação da rodovia Transamazônica e a abertura de estradas vicinais. (CEDI, junho 91)

POLÍTICA AGRÍCOLA

Os dados divulgados pelo IBGE nos últimos dias confirmam a queda da produção agrícola no país. A primeira safra do Governo Collor 90/91 foi a pior dos últimos cinco anos. Serão colhidos esse ano apenas 56 milhões de toneladas de grãos, o que obrigará o país a importar cerca de 8 milhões de toneladas desembolsando para isso cerca de US\$ 1,5 bilhão, sem contar a perda de US\$ 800 milhões em divisas que entrariam no país no caso de uma safra regular.

Em geral, costuma-se atribuir a quebra de safras às adversidades climáticas, no caso brasileiro no momento atual podemos dizer que grande parte desses desacertos decorrem da falta de uma política agrícola.

Depois de mais de um ano de dis-

cussões dos vários projetos de lei enviados ao Congresso, foi para votação o projeto do Ministro Cabrera que, entre os acordos no Congresso e os vetos do presidente, resultou numa lei onde o número de vetos superou o dos artigos aprovados. Os "buracos" existentes na Lei no 8171 serão preenchidos por medidas provisórias. É no bojo de tantas indefinições e vazios da nova lei agrícola que podemos entender o possível desabastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade, a exclusão cada vez maior dos pequenos produtores das atividades agrícolas, a manutenção de um modelo de desenvolvimento agrícola que continua beneficiando as motosserras e o fogo para formação de grandes pastagens, o uso indiscriminado de agrotóxicos e o aumento do desgaste do solo que vem provocando desertificação de áreas anteriormente férteis. (Maria Cecília Iorio/CEDI, 10/6/91)

Contag quer apuração sobre assassinato

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag-RJ) não aceitam a versão da polícia do Rio de que o presidente do Sindicato dos Traba-

lhadores Rurais de Nova Iguaçu, João Félix de Aquino, tenha sido morto por traficantes.

Em ofício ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, as duas entidades contestam as conclusões do delegado Luis Carlos Pinheiros,

da 54ª DP (Belford Roxo), e pedem que sejam tomadas providências "no sentido de esclarecer as verdadeiras causas do assassinato", que acreditam ter sido motivado por questões fundiárias. (Jornal do Brasil, 6/6/91)

Trabalhador assassinado no Sul do Pará

Uma equipe do Dops, coordenada pelo delegado Eder Mauro e acompanhada de deputados que integram a CPI da Assembléia Legislativa do Pará que apura a violência no campo no sul do estado, encontrou no dia 5 de junho o corpo do lavrador Mauro dos Santos, de 26 anos, na fazenda Novo Mundo, município de Xinguara. É o 11º assassinato de trabalhador rural cometido este ano no país.

No final de abril, Mauro denunciava um despejo na fazenda Novo Mundo, executado por dez policiais militares de Marabá e 11 pistoleiros, ocasião em que seu tio, Manoel Ribeiro dos Santos, foi assassinado e três outros membros de sua família, incluindo uma criança, foram sequestrados e estão desaparecidos. No ano passa-

Os números da violência segundo a Comissão Pastoral da Terra

	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Conflitos de Terra	636	631	582	621	500	310
Nº de Assassinatos	125	105	109	93	56	65

(Fonte: CPT, fevereiro 91)

do, Mauro havia feito outra série de denúncias, que levaram aos pistoleiros acusados pela morte dos irmãos

José e Paulo Canuto e de Brás e Ronan Rafael Ventura. (Jornal do Brasil, 6/6/91)

A Organização da Violência no Campo

"A violência contra os trabalhadores rurais traz a marca de quase cinco séculos de História". A partir desta constatação, não é crível que uma violência que produziu 553 assassinatos no campo em cinco anos (1985/90) seja espontânea. É possível afirmar, a partir dos dados disponíveis, que atrás desses assassinatos há uma atividade permanente dos proprietários de terras de diferentes regiões do Brasil, utilizando-se de pistoleiros ou milícias particulares para manter intocável a estrutura fundiária do país, contando muitas vezes com o apoio das polícias militares

estaduais. Os chamados "latifundiários" passaram assim a profissionalizar os matadores, que, com o aguçamento da luta pela terra, foram se organizando em grupos permanentes.

Nos últimos anos é perceptível a presença de novos atores e novas relações no palco dos conflitos no campo. Na região amazônica especialmente vem surgindo, de modo cada vez mais constante, a presença do narcotráfico. Vai se tornando perceptível um nexo entre os tradicionais grandes proprietários e o crime organizado nas cidades da região.

A entrada em cena desses novos atores modifica substancialmente o quadro tradicional da violência no campo. Hoje é visível, em alguns estados do País, a ação do narcotráfico/contrabando de ouro no sentido de ocupar espaços na estrutura do Estado. Parece estar em curso um processo de "colombianização" da Amazônia brasileira, com as consequências que isso representa para a organização autônoma dos trabalhadores do campo, e, sobretudo, para a sobrevivência física dos seus dirigentes e líderes. (Secretaria Nacional do PT, fevereiro 1991)

'Novela' sobre compra da TV Record tem mais um capítulo

O bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, não poderá adquirir a TV Record de São Paulo enquanto pesarem sobre ele acusações de envolvimento com tráfico de drogas, remessa ilegal de ouro para os Estados Unidos e sonegação do imposto de renda. As denúncias foram feitas pelo ex-pastor e líder da igreja no Nordeste Carlos Magno de Miranda, e estão sendo apuradas pela Polícia Federal.

Carlos Magno — que após se desligar da Igreja Universal, montou a Igreja do Espírito Santo de Deus e já tem dois templos em Fortaleza — apresentou à polícia vários documentos que comprovariam algumas das denúncias feitas ao bispo Macedo.

Idoneidade necessária — Segundo o secretário nacional de Comunicações, Joel Marciano Rauber, caso o negócio já tenha sido concreti-

zado, a operação não tem qualquer valor legal e será considerada nula de pleno direito. O secretário determinou a abertura de inquéritos administrativos para apurar as eventuais transgressões cometidas por Macedo e pelos antigos proprietários da Record, no processo de transferência da emissora. O inquérito tomará por base o Código Brasileiro de Telecomunicações e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

“O concessionário de televisão é um agente de comunicação social, com papel relevante na formação da opinião pública. Portanto, o detentor de uma concessão deve ter idoneidade moral e bons antecedentes”, disse Joel Marciano Rauber, sustentando que o negócio fica suspenso até a conclusão do inquérito administrativo e das investigações criminais feitas pela Polícia Federal. (*Jornal do Brasil*, 7/6/91)

Uma compra milionária

O dia 8/11/1989 tornou-se um marco sagrado para a Igreja Universal do Reino de Deus, graças à assinatura do contrato de venda da Rede Record S/A. A partir daquela data, cessaram as brigas pelo aluguel de honorários para os pastores eletrônicos aparecerem nas telas de várias emissoras.

Um encontro que avançou pela madrugada daquele 8 de novembro, reuniu na casa do empresário Silvio Santos, em São Paulo, os proprietários da Rede — o próprio Silvio Santos e a família Machado de Carvalho — mais os representantes da Igreja Universal — o pastor Odemar Laprovita Vieira (hoje deputado federal pelo PMDB/RJ) e Adalberto Haddad Filho (hoje deputado federal pelo PRN/SP). Eles autografaram seus nomes no documento oficial da operação, cujo valor total foi estipulado em 45 milhões de dólares. O total da quantia foi levantado através de uma campanha de arrecadação de fundos nos templos espalhados por todo o país. Até os pastores foram solicitados a vender seus próprios bens, num esforço nacional que foi chamado “Sacrifício de Isaac”.

Possivelmente prevendo as restrições legais, Edir Macedo protocolou os pedidos de transferência da emissora na Secretaria Nacional de Telecomunicações, em nome de Dermeval Gonçalves, designado diretor-geral do grupo pretendente. Macedo figura apenas como sócio e membro do Conselho Coordenador, cargos em que tecnicamente estaria livre das exigências legais, válidas apenas para o quadro diretorio. (*Jornal da Tarde*, 4/4/91; *Jornal do Brasil*, 7/6/91)

Faculdade de Teologia da Igreja Metodista debate a Missão da Igreja

Como acontece tradicionalmente, a Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (São Bernardo do Campo, SP), realizou de 21 a 24 de maio a Semana Wesleyana — um evento de estudos pastorais e teológicos, em comemoração ao Dia do Metodismo — data que remete à experiência de João Wesley, pastor anglicano, fundador do movimento metodista no século XVIII na Inglaterra.

Dada a proximidade do Concílio Geral da Igreja — seu órgão máximo deliberativo — e as constantes inquietações com os rumos da proposta pastoral metodista no Brasil, a temática central girou em torno dos desafios e perspectivas para a década de 1990.

Análise da vida da igreja — A Semana Wesleyana foi uma das mais

participativas dos últimos anos, contando com pastores(as) e leigos(as) de todas as regiões do Brasil, teólogos(as) e estudantes, além da presença dos cinco bispos metodistas.

A dinâmica, incluindo celebrações, partiu de uma análise da conjuntura socio-econômica brasileira, feita pelo economista Paulo Schilling, do CEDI, seguida dos painéis: *Análise do Protestantismo — O futuro das igrejas protestantes no Brasil*, pelo rev. José Bittencourt Filho, da Igreja Presbiteriana Unida e coordenador do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI e pelo rev. Darcy Dusilek, da Igreja Batista e diretor da Visão Mundial; *A Igreja Metodista no Brasil: aspectos históricos e atuais*, pelos professores Helerson Bastos Rodrigues e Duncan Alexander Reily, da Igreja Metodista; *O exercício do*

poder na vida da Igreja, pelo diretor da Faculdade de Teologia, o rev. Rui Josgrilberg.

Desafios de unidade — Diferentes tendências teológico-doutrinárias foram ouvidas, quanto à unidade na Missão da Igreja e os seus desafios. Foi identificada a necessidade da igreja realizar suas reuniões conciliares através de discussões mais teológicas e pastorais e não tanto administrativas e pastorais, como tem sido historicamente.

Durante o evento foi lançado o livro *Wesley*, editado pelo Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI, em coedição com a Faculdade de Teologia. O livro integra a série *Leituras da Bíblia* e contém estudos hermenêuticos de teólogos metodistas. (CEDI, 30/5/91)

Papa anuncia novos cardeais e exclui brasileiros

No elenco dos 22 novos cardeais anunciados para serem sagrados no V Consistório do seu pontificado, marcado para o próximo dia 28 de junho, João Paulo II não incluiu nenhum brasileiro. Reconhecido ainda como um dos países mais católicos do mundo, o Brasil e sua Igreja Católica não foram distinguidos pelo tratamento dispensado aos Estados Unidos — país onde os católicos não chegariam a 55 milhões.

Os Estados Unidos passaram a ter, com as novas nomeações, oito cardeais, com duas novas púrpuras oferecidas ao arcebispo de Filadélfia, d. Anthony Joseph Bevilacqua, e ao arcebispo de Los Angeles, Roger Michael Mahony.

A sagrada desses novos *príncipes da igreja* — como há séculos são cha-

mados os prelados distinguidos com o barrete e a púrpura cardinalícia — aumentará para 163 os membros do Colégio dos Cardeais. Mas, pelas normas do Vaticano, não alterará o número-limite de eleitores considerado ideal por Paulo VI, predecessor do atual Pontífice.

Desta forma, os cardeais que hoje poderiam eleger ou serem eleitos papa continuam a ser 120. Esta foi a razão apresentada por João Paulo II para não “elevar à dignidade cardinalícia outras digníssimas pessoas”.

Segredo revelado — A igreja italiana foi a melhor contemplada pelas últimas escolhas do papa, com oito cardeais. João Paulo II anunciou também que, além dos 22 cardeais, sagra-rá um chinês de 90 anos de idade,

nomeado “in pectore”, em segredo, em 1979 — d. Ignatius Gong Pinmei, arcebispo de Pequim.

Pinmei foi ordenado cardeal quando estava preso sob o regime comunista. O papa usou de seu direito de manter seu nome em segredo para não por em risco a vida do cardeal. A Igreja Católica é proibida na China.

Foram criados três novos cardeais na América Latina, mas ao contrário do que alguns comentaristas haviam adiantado, nenhum brasileiro constou entre os nomes. D. Jesús López Rodríguez, da República Dominicana, d. Antonio Quarracino, arcebispo de Buenos Aires, e d. Juan Jesús Posadas Ocampo, do México, substituirão três latino-americanos que têm mais de 80 anos. (Jornal do Brasil, 30/5/91; Folha de S. Paulo, 30/5/91)

Não à pena de morte

Para aprofundar a questão sobre a realidade da violência e, especificamente a pena de morte, foi criado em Passo Fundo (RS) o Comitê pela Vida — *Contra a Pena de Morte*. Ele reúne a Igreja Metodista, o Instituto de Teologia e Pastoral, a Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo, Anistia Internacional — Grupo Brasil 16, a Seccional da OAB, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura Municipal, a CUT, e vários outros movimentos e entidades.

Encontro de CEBs no regional Sul IV

As Comunidades Eclesiais de Base do regional Sul IV (Estado de Santa Catarina) da Igreja Católica do Brasil, realizaram seu 6º Encontro nos dias 17 a 19 de maio, em Caçador (SC), com a participação de 900 delegados.

O encontro trabalhou a caminhada das CEBs na região desde 1980, visando à busca de um novo modo de ser igreja. A presença de 15 delegados evangélicos marcou o encontro. Eles representaram as igrejas Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Presbiteriana Independente e Batista do Estreito. (CEDI, 20/5/91)

Durante os meses de maio e junho, o comitê está promovendo debates em cada entidade que o compõe, visando uma maior instrumentalização e conhecimento das questões por todos. Em julho o comitê realizará uma discussão com ciclos de palestras e outras formas de questionar a pena de morte. Daí em diante o comitê desenvolverá um trabalho de esclarecimento e conscientização da população sobre o assunto. (Agen, 21/5/91)

Moradia será tema da CNBB em 1993

A Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) definiu o tema da Campanha da Fraternidade para 1993: *Moradia*. A decisão aconteceu durante o primeiro encontro da nova presidência com a Comissão Episcopal de Pastoral.

“A campanha vai enfatizar os diversos aspectos que compõem toda a problemática da moradia, tais como família, vida digna, a urbanização, e como a Igreja Católica poderá atender a toda a dimensão da modernidade”, diz a CNBB. A campanha de 1992 será realizada com o tema *Juventude*. (Agen, 28/5/91)

‘Não se deve copiar o Ocidente’

Em sua visita à Polônia neste mês, o papa João Paulo II disse, na cidade de Lubachow, perto da fronteira com a URSS, que os poloneses devem evitar a criação de um Estado ateu e materialista após a derrocada do comunismo. Segundo ele, a Polônia tem “uma inclinação para copiar mecanicamente os padrões do Ocidente”. (Folha de S. Paulo, 4/6/91)

Celadec tem novo coordenador para o Brasil

O pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil Marcos Alves da Silva é o novo coordenador para o Brasil da Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (Celadec). O coordenador anterior, Laan Mendes de Barros, da Igreja Metodista, foi eleito vice-presidente da entidade. A Celadec-Brasil continuará a desenvolver a série de atividades que definiu para 1991 na área de educação — cristã, religiosa e popular —, cursos de formação e publicações. Os três setores serão integrados em 1992 através de um congresso. O escritório da Celadec fica na rua Salvador Ferrante, 1651 — cep 80011, Curitiba, PR. (Agen, 23/5/91)

Garimpeiros estão reinvadindo área Yanomami

As equipes médicas que estão participando do atendimento de saúde aos Yanomami em Roraima, têm observado o aumento da invasão de garimpeiros nos últimos 60 dias. Fala-se em cinco mil.

A antropóloga Alcida Ramos, da UnB, que esteve na área Yanomami como intérprete a serviço de uma equipe médica da Fundação Nacional de Saúde, constatou no final de abril, sobrevoando entre Olomai e Auaris, na porção norte do território Yanomami, a existência de duas novas pistas de pouso clandestinas abertas por garimpeiros. Já no final de maio, quan-

do retornava para Boa Vista, o piloto do avião em que viajava a antropóloga, e mais um fotógrafo francês, contaram mais de 200 balsas de garimpeiros no Rio Uraricoera, na região de Waicás.

Apesar do inverno (chuvas) na região, o movimento de garimpeiros tem aumentado, utilizando-se do aeroporto de Boa Vista e outras pistas clandestinas nos arredores. Há garimpos ativos também no alto Catrimani e no Mucajá. A famosa pista do Jeremias está em plena atividade, com cerca de dois mil garimpeiros.

A operação de controle dos garim-

peiros, efetuada pela Polícia Federal, só conta com o avião da Funai. As ações das equipes médicas estão restritas pois o helicóptero da FAB disponível na área só está atendendo a Comissão de Fronteiras Brasil/Venezuela.

Na verdade, desde 1987, quando ocorreu a grande invasão por milhares de garimpeiros (entre 40 e 100 mil) agenciados por empresários, a área Yanomami nunca ficou totalmente livre de invasores. No final de 1990, a operação da PF teria reduzido a dois mil o número de garimpeiros. (CEDI, 11/6/91)

Paranapanema quer cassiterita Yanomami

A Paranapanema, maior mineradora de estanho do mundo e responsável por mais de 60% das exportações brasileiras do minério, vai ampliar seu domínio sobre as jazidas de cassiterita do país, controlando as minas descobertas por garimpeiros em áreas dos índios Yanomami, em Roraima, na Serra Parima, na fronteira com a Venezuela. O diretor-superintendente da Paranapanema, Octávio Lacombe, já vem negociando com o governo venezuelano a concessão dos direitos minerários da rica jazida do Alto Parima. Os novos marcos da fronteira entre Brasil e Venezuela, que estão sendo colocados por uma comissão mista integrada por representantes dos dois países, darão à Venezuela o controle do garimpo de cassiterita que vinha sendo explorado pelo empresário José Altino Machado, ex-presidente da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), inimigo mortal da Paranapanema.

"A cassiterita do Alto Parima tem um teor de 75% contra um teor de 55% da mina de Pitinga, no Amazonas", revela José Altino. "É o teor mais elevado já encontrado em qualquer mina do planeta", acrescenta. Os planos da Paranapanema de controlar as minas de cassiterita descobertas em terras dos Yanomami foram consolidados com a eleição do brigadeiro Ottomar de Souza Pinto para o governo de Roraima. Ottomar indicou para a Secretaria de Mineração

do Estado o empresário gaúcho Elton Ronehlt, proprietário da Gold Amazon, fiel escudeiro de Octávio Lacombe. "É lógico que nós vamos dar aquela área para a Paranapanema", adianta Ronehlt.

Com a decisão da extinta Secretaria de Assessoria da Defesa Nacional (Saden), atual Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) de dividir os 9,4 milhões de hectares das terras Yanomami em 19 "ilhas" — criadas como reservas indígenas — e criar as florestas nacionais de Roraima e Amazonas dentro das áreas pleiteadas pelos índios, a exploração mineral na região teria que ser aprovada pela SAE por se tratar de área de segurança nacional. Caso o presidente Fernando Collor leve às últimas consequências a decisão de revogar os decretos do ex-presidente José Sarney que criaram as reservas garimpeiras de Catrimani-Couto Magalhães, Uaracá-Santa Rosa e Uraricuera — o que parece pouco provável — as jazidas das áreas indígenas somente poderão ser exploradas com autorização do Congresso Nacional, ouvida a comunidade indígena da área.

A Paranapanema ataca por dois flancos: no primeiro, convence o governador Ottomar Pinto a interceder junto à SAE para que sejam liberadas áreas de mineração na fronteira, em terras indígenas; no outro, negocia com o governo venezuelano para explorar jazidas localizadas nas áreas dos Yanomami em território

daquele país.

Conseguindo o controle das jazidas de cassiterita existentes na fronteira, a Paranapanema aumenta seu cacife no mercado internacional de estanho. Já possui a maior mina do País — Pitinga, com uma produção de 18 mil toneladas/ano de estanho e, através da recém criada empresa Brasileira de Estanho (Ebesa), procura controlar o maior garimpo de cassiterita do planeta — Bom Futuro, no município de Ariquemes, em Rondônia, com uma produção de 9 mil toneladas em 1990.

A entrada de uma mineradora do porte da Paranapanema na exploração mineral em terras dos Yanomami poderá agravar ainda mais a situação de saúde dos 9 mil índios que habitam em território brasileiro e dos 12 mil que moram no lado venezuelano. Duramente castigados pela malária, tuberculose, oncocercose e desnutrição, os Yanomami estarão entregues à própria sorte. Com uma expectativa de vida de apenas 29 anos, segundo documentos da Missão Evangélica da Amazônia — Meva, que há anos atua em Roraima, os Yanomami enfrentam a ameaça de genocídio sob os olhares complacentes do governo e dos militares encastelados agora na SAE — que consideram as áreas indígenas da fronteira "enquistamentos" dentro do território nacional. (Lúcio Flávio Pinto, extraído do *Bandeira 3*, Ano I, nº zero, Belém, 11/5/91)

Funai volta atrás e cria grupo de funcionários para reestudar a terra Yanomami

A tentativa de criação de um grupo composto por representantes de várias instituições governamentais e a Igreja, a Coiab e a CCPY não foi concretizada pela Funai, tal como foi publicado no Aconteceu nº 567.

O presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, criou um grupo técnico, através da Portaria nº 517, assinada no dia 29 de maio passado, para proceder a revisão do processo administrativo de demarcação das terras ocupadas pelos Yanomami. O grupo é composto pelos funcionários da Funai: antropólogo Edson Diniz,

que será o coordenador dos trabalhos, a antropóloga Sonia Demarquet, o sertanista Sebastião Amâncio da Costa e o engenheiro agrimensor Helcio Matos Batista. Fazem parte também desse GT os índios Yanomami Davi Kopenawa e Luiz Goes, que serão intérpretes das duas equipes de campo, e o representante do Incra José Maria Repolho.

O grupo tem 90 dias de prazo para a entrega do relatório conclusivo. Baseado em Boa Vista, o GT vai permanecer 60 dias fazendo levantamento da população e malocas Yanomami — o que já foi feito em 85 e 88 — utilizando-se de dois helicópteros.

A composição deste grupo de trabalho não traz garantias da qualidade do reestudo da área Yanomami. Nenhum dos chamados técnicos do órgão indigenista designados para a tarefa fala yanomami ou conhece a organização social do grupo e as formas próprias de ocupação tradicional do território. Há que se conferir a retomada, a recuperação de argumentos e o mapa que os membros do GT colocarão no relatório final.

(CEDI, 7/6/91)

Collor enfrenta manifestação em Oslo

Por ocasião da passagem do presidente Fernando Collor de Mello, no dia 7 deste mês, em Oslo, capital da Noruega, ocorreu uma manifestação em frente ao Parlamento, com faixas e slogans das organizações ambientalistas daquele país, que pediam respeito aos índios e à floresta tropical. Entre outros slogans escritos em português e norueguês havia "Os Yanomami estão morrendo — Collor é responsável", "Parque Yanomami agora". Além

disso foi assinada por todas as organizações ambientalistas da Noruega, uma carta aberta ao presidente Fernando Collor de Mello manifestando preocupação com a situação dos Yanomami, e sugerindo a demarcação de um território contínuo, como vem sendo proposto há anos pelos antropólogos que conhecem a cultura Yanomami. Medidas efetivas para garantir assistência médica aos Yanomami também foram cobradas. (CEDI, 10/6/91)

Assembléia dos Guarani do MS

No dia 14 de maio foi realizada a Ati-Guaçu — Grande Assembléia das Lideranças Guarani — subgrupos Nandeva e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Estiveram presentes lideranças Guarani do estado, representando 18 mil índios aproximadamente. Nesta assembléia ficou evidenciado que a maior preocupação dos índios é a falta de terras que lhes garanta a auto-sustentação. O presidente da Funai Cantídio Guerreiro, se comprometeu a participar da reunião, mas não apareceu. Os índios ficaram muito frustrados porque queriam discutir os resultados do levantamento fundiário das terras Guarani, realizado pela Funai no início do ano. Edívio Batistelli, superintendente da Funai, foi representando o presidente do órgão. (CEDI, 10/6/91)

Funai cria grupo para resolver questão Guajajara

O Presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, constituiu um Grupo de Trabalho que tem prazo de 30 dias para apresentar uma proposta de transferência do povoado de São Pedro dos Cacetes, com uma população de aproximadamente 500 famílias, que se encontra irregularmente nos limites da Área Indígena Canabrava, no município de Barra do Corda no Maranhão.

A constituição do Grupo de Trabalho é resultado do encontro que Cantídio manteve com o governador do Maranhão, Edison Lobão, em São Luís, visando encontrar solução para os problemas dos índios Guajajara. (Correio Braziliense, 28/6/91)

Funai cria grupo para identificar área Pankararé

O presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, assinou a Portaria nº 515 no dia 24 de maio, criando um grupo técnico com a finalidade de proceder os estudos de identificação da terra indígena Brejo do Burgo, ocupada pelos índios Pankararé, localizada no município de Glória, no Estado da Bahia. O GT é composto pelos funcionários da Funai Célio Horst que ocupa a função de "antropólogo" no órgão, de Marcelo Antônio Elihimas, engenheiro agrônomo e do engenheiro agrimensor do Instituto de Terras da Bahia e Justino Bispo de Araújo Filho, engenheiro agrônomo do Incra. Participarão também desse trabalho, os índios indicados pelas lideranças indígenas representadas pelos srs. Eneas Feitosa — caciique, Apolônio Gomes Xavier e Luiz Vitoriano de Oliveira, conselheiros. O prazo final para o relatório conclusivo é no próximo dia 23 de junho. O que se pode comentar a partir dessa Portaria é que as perspectivas de um trabalho de qualidade para resolver a questão dessas terras está bastante comprometida uma vez que a competência do coordenador do grupo que é o "antropólogo" Célio Horst foi oficialmente desqualificada pela Associação Brasileira de Antropologia por ocasião do relatório de identificação que apresentou para o território Yanomami, em 1988. (CEDI, 10/6/91)

Collor decide: Magri fica, por enquanto

O presidente Collor adiou a demissão do ministro Magri por entender que ceder, agora, à pressão para exonerá-lo, abrira perigoso precedente para campanhas contra outros membros da sua equipe. Segundo o deputado Paulo Octávio: "O presidente tem como norma não demitir sob pressão". O deputado Gastone Righi tem outra versão: "O Magri não foi demitido por falta de alternativa. O presidente Collor consultou o governador Leonel Brizola e o sindicalista Luís Antonio de Medeiros sobre um nome para substituí-lo. O sindicalista José Ibrahim chegou a ser sondado para ocupar o cargo mas não aceitou".

A nota do ministro — Em comunicado distribuído pelo Ministério do Trabalho em 10/6, o ministro reafirma, "com o apoio e o testemunho dos restantes membros da delegação, que esteve no prédio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de

9h30m às 13h30m da terça-feira, 4 de junho de 1991. Reconhece, contudo, que não se encontrava no assento que lhe era destinado no momento da instalação formal da Conferência, tendo optado naquele instante por continuar a reunião de trabalho que realizava com o representante da OIT no Brasil, Wilson Santos. O ministro lamenta esse erro de julgamento de prioridades e, nesse sentido, já apresentou suas excusas ao Senhor Presidente da República.

O ministro informa que em decorrência de instruções recebidas do Senhor Presidente da República, realizou contatos com diversas autoridades, chefes e integrantes de outras delegações à Conferência, tendo se reunido, notadamente, com o Diretor Geral da OIT, Michael Hensenn, e com os Ministros do Trabalho da Venezuela, do Paraguai e o Vice-Ministro da Argentina, bem como a delegação do Uruguai, tratando com esses últimos de assuntos relativos à

integração do Brasil com os Países do Cone Sul."

Uma quarta-feira com várias versões — No dia 5/6, quarta-feira, a OIT abria oficialmente sua reunião anual com um ato às 10h no prédio das Nações Unidas. O ministro Magri não apareceu no plenário, conforme admite na nota oficial.

Magri foi visto entrando no prédio, mas sumiu. No dia seguinte, disse que estava no plenário. Entre 12 e 12h30m reuniu-se com o diretor da OIT, Michael Hensenn. À tarde foi visto passeando por Genebra. Posteriormente ele diria que às 17h30m estava reunido com a comitiva do Paraguai, discutindo a harmonização das leis trabalhistas para o Mercosul. Dois integrantes da comitiva paraguaia bem como membros da delegação argentina, negaram qualquer reunião formal com o ministro. (Diário do Grande ABC; Deborah Berlinck/O Globo, 11/6/91)

Medeiros acompanha reunião por telefone

O episódio da quase demissão de Magri revelou mais um dos movimentos contraditórios de Medeiros. No sábado, ele distribuiu nota de apoio ao ministro. Ontem, classificou a gestão Magri no ministério como "sofrível", mas enfatizou que estava solidário ao amigo. "Ele é um dirigente sindical e pode contar com a minha mão estendi-

da", afirmou, solicitando "tolerância e generosidade" em relação ao ministro.

As declarações encobrem duas manobras. A primeira é a da reconciliação de Medeiros com Magri, a partir da saída do Ministério do Trabalho, três meses atrás, do assessor especial Aluizio Azevedo. A segunda é a da falta de um candidato da confiança de Me-

deiros para ocupar o lugar de Magri. Cada vez que o nome da secretária nacional de Política Econômica, Dorothéa Werneck, por exemplo, é citado para voltar ao ministério, dirigentes da Força Sindical reagem, partem para a oposição e avaliam que a ex-ministra "é amiga da CUT". (O Estado de S. Paulo, 11/6/91)

CUT propõe mudanças na lei de organização sindical

A CUT vai apresentar um substitutivo ao projeto de lei do Executivo que regula a livre negociação salarial entre patrões e empregados e introduz inovações na relação capital e trabalho. Seu presidente, Jair Meneghelli, disse que a proposta do governo significa "um grande retrocesso" em relação às conquistas da atual constituição.

"Além de tentar inibir a greve co-

mo instrumento de pressão, o governo quer interferir no movimento sindical". Meneghelli foi a Brasília negociar com parlamentares projetos de interesse dos trabalhadores em tramitação no Congresso. Um dos pontos mais criticados pela CUT é a admissão da flexibilização de direitos através da negociação coletiva prevista no artigo 12. "As empresas podem

negociar, ou seja, reduzir ou acabar com os direitos mínimos conquistados pelos trabalhadores". A interferência do Estado na organização sindical aparece em vários pontos projeto do governo. Um deles é a extinção do sindicato já existente, caso um novo seja criado e em seis meses consiga mais associados que o tradicional. (Gazeta Mercantil, 7/6/91)

CUT contesta ligação com quadrilha

Em resposta à matéria publicada no *Jornal da Tarde* com o título "Líderes da CUT presos por assalto", onde o jornal noticia que uma quadrilha de assaltantes formada por sindicalistas ligados à CUT tinha sido desbaratada em Jacareí, a CUT Estadual São Paulo responde através de seu presidente Jorge Coelho: "Nunca tivemos dúvidas sobre a linha editorial deste jornal: sempre foi raivosamente anti-CUT. Mas suas reportagens sempre mantiveram a isenção e, ao que nos consta, também eram

efetuadas dentro de um rigoroso profissionalismo. Estranha-nos, pois, a matéria divulgada no dia 06/06/91. Fugindo ao mais elementar princípio do bom jornalismo, o de checar as informações, a matéria trata como líderes da CUT, Eberto Bernardo dos Santos e José Ramos de Oliveira. Ainda que nos pareça haver uma preocupação permanente deste jornal para com os fatos esclarecemos:

— Eberto Bernardo dos Santos participou das últimas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São

José dos Campos pela chapa 3, correu, portanto, contra a CUT e nunca fez parte de nenhuma instância da Central.

— José Ramos de Oliveira deixou a direção do sindicato em 1987 e também nunca fez parte de nenhuma instância da CUT.

Isto posto, gostaríamos de saber qual a intenção da referida matéria? Se é que existe alguma, além da que nos parece óbvia de denegrir a imagem da CUT". (*Jornal da Tarde/SP*, 7/6/91)

Metalúrgicos reagem contra redução do piso salarial

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e mais 13 sindicatos do Interior filiados à CUT vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal para obter a anulação de medida cautelar da Fiesp, acatada pelo Tribunal Superior do Trabalho. A decisão reduziu o piso salarial de categoria de Cr\$ 45 mil para Cr\$ 38 mil nas empresas com menos de 700 funcionários. O piso foi determinado pelo Tribunal Regional do Trabalho

de São Paulo, durante greve da categoria. Os empresários recorreram ao TST e foram atendidos em seu pedido de redução pelo ministro Almir Pazzianotto, ironicamente ex-negociador e advogado sindical dos metalúrgicos de São Bernardo. A briga agora vai se dar em várias frentes. No campo jurídico com a argumentação do Departamento Metalúrgico da CUT de que redução de vencimentos é inconstitucional. No campo da nego-

ciação, através de contatos do presidente do Departamento, Heiguiberto Navarro, com sindicatos patronais.

"Vamos avisar que é perigoso e imprudente reduzir salários neste momento", informou Navarro, que também é vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Ele estimou em mais de 800 mil os trabalhadores afetados. (*O Estado de S.Paulo*, 8/6/91)

Brasileiras e Italianas debatem sindicalismo

A CUT e a CGIL (Confederação Geral Italiana de Trabalhadores), realizaram de 3 a 7 de junho em São Paulo, o Seminário "Da Tutela à Igualdade?". A experiência sindical das trabalhadoras italianas e brasileiras". Reunindo cerca de 50 participantes brasileiras e quatro italianas, as sindicalistas debateram temas que

estão no centro da discussão sobre as relações entre mulheres trabalhadoras e sindicalismo. Mesmo com as trajetórias históricas e políticas diferentes entre os dois países, o seminário constatou que há discriminações comuns vividas pelas mulheres no mundo do trabalho. No entanto, a experiência italiana já possibilitou con-

quistas mais avançadas tanto no campo dos direitos trabalhistas e sociais como no âmbito das lutas nos locais de trabalho. O Seminário reforçou o intercâmbio entre as trabalhadoras dos dois países e terá continuidade em novas atividades conjuntas. (*Maria Berenice Godinho Delgado/CEDI*, 11/6/91)

De Millus terá de indenizar funcionárias

O juiz da 37ª Vara Criminal do Rio, Sérgio Verani, condenou o presidente da De Millus, Nahum Manela, a pagar indenização de Cr\$ 17 milhões por causar "constrangimento ilegal às suas funcionárias". Ele foi acusado de obrigar as empregadas, sob ameaça de demissão, a passar por revistas diárias para provar que não rou-

bavam peças produzidas na empresa.

As funcionárias entraram com processo em 1989 depois de uma greve de protesto. Verani concluiu que a atitude do empresário era vexatória e humilhante porque as empregadas deviam se despir para mostrar os trajes íntimos. Na sentença afirmou que a organização repressiva do trabalho

reduz a capacidade de resistência do empregado na fábrica.

Segundo o juiz, os depoimentos das funcionárias deixaram claros o constrangimento e a humilhação. "Em nome da defesa do patrimônio e do lucro não se pode violar a dignidade humana", considerou o juiz. (*O Estado de S.Paulo*, 12/6/91)

No Nordeste, 36% não leem

O Nordeste tem o maior número de analfabetos do país. De um total de 13.162.616 crianças entre quatro e 14 anos, que deveriam freqüentar escolas de 1º grau, apenas 9.284.203 estão matriculadas nas 112.585 escolas públicas. O índice de analfabetismo na região chega a 36,66%. Uma das razões do baixo aproveitamento escolar dos alunos nordestinos foi atribuída à inativação de 45% das esco-

las erguidas com financiamento do Banco Mundial, no estado de Pernambuco, em áreas de difícil acesso, onde não há clientela, ou em lugares onde ocorreu a migração.

A informação é do professor Cláudio Arantes, da Universidade de Brasília, um dos organizadores do Curso de Microplanejamento Educacional de 1º grau em Áreas Urbanas, realizado no final de maio, em Brasília.

Segundo Arantes, 80% das escolas rurais nordestinas funcionam improvisadamente nas residências dos professores e não recebem auxílio governamental, como livros, merenda ou cadernos. Na área urbana, para diminuir o problema, o governo deseja construir cinco mil Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs), mas os locais de instalação ainda não foram definidos. (Jornal da Tarde/SP, 28/5/90)

Analfabetismo atinge 50% na Bahia

Metade da população baiana — 5,5 milhões — é analfabeto, segundo dados oficiais da Secretaria Estadual de Educação. A situação se agravou mais nos últimos dois anos, quando um milhão de estudantes não conseguiram completar o ano letivo por causa do estado das escolas e da falta de professores. Três meses depois do início do atual ano letivo, cerca de 40% da rede de escolas públicas continuam desativadas. Em 20 de maio, o Ministério da Educação liberou uma verba de Cr\$ 1,3 bilhão à Bahia. "O dinheiro é suficiente apenas para recuperar 59 estabelecimentos", disse a secretária de Educação, Dirlene Mendonça.

A deputada Maria José Rocha Lima (PC do B), 37, ex-presidente do Sindicato dos Professores Licenciados, disse que, por causa das más condições das salas de aula, os alunos são obrigados a estudar num sistema de rodízio. O professor separa a turma



C.A., 10 anos, é um dos muitos que saem da escola para entrar no mercado informal de trabalho em grupos e dá aula semanalmente ou quinzenalmente.

Dirlene Mendonça diz que a situação educacional na Bahia não é dife-

rente da de outros estados. "A crise é nacional". Segundo ela, recuperar as escolas é prioridade do atual governo estadual. (Folha de S. Paulo, 27/5/91)

Uberlândia busca saída contra o analfabetismo

A prefeitura do município mineiro de Uberlândia pretende diminuir o índice de analfabetismo, como apoio do Ministério da Educação e da Universidade Federal de Minas Gerais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 50 mil moradores não sabem ler e escrever — o que representa 10% da população.

No final de maio, 20 soldados do 36º Batalhão de Infantaria Motorizada realizaram uma pesquisa, com a supervisão de técnicos da administração,

para identificar os analfabetos. "Precisamos saber quais as condições sociais deles", disse o secretário municipal de Educação, Afrânia Azevedo. O trabalho está praticamente pronto. Com isso, a prefeitura poderá inscrever as pessoas, se quiserem. A secretaria marcará as aulas nos bairros e oferecerá material didático e outros artigos.

O sistema municipal de ensino rural de Uberlândia é considerado um dos melhores, garante o transporte de alunos do campo para escolas das grandes fazendas, onde as salas são

separadas por séries.

O Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba (Sinduscon) veicula uma propaganda nas emissoras de televisão da região para convocar os empresários a participar do programa de alfabetização. A iniciativa já recebeu a colaboração de várias indústrias, que estão instalando algumas salas. O projeto prevê também a extensão do ensino às comunidades religiosas e outras entidades. (Alaor Barbosa Júnior/O Estado de S. Paulo, 3/5/91)

Ciacs têm conselho político e não têm licitação

O governo criou um conselho para analisar as reivindicações políticas do projeto do governo federal "Minha Gente", que prevê a construção dos cinco mil Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs) no país. O conselho é formado pelos ministros da Saúde, Educação, Ação Social e pela presidente da LBA, Rosane Collor.

A licitação para a construção da

20 fábricas de argamassa foi prevista para 11 de junho. Cerca de Cr\$ 62 bilhões serão destinados à implantação das fábricas e dos primeiros 20 Ciacs este ano. Cada fábrica está orçada em US\$ 4 milhões.

O governo contratou sem licitação a produtora de vídeo Blow Up para fazer os filmes publicitários do projeto, que estão sendo exibidos em rede nacional de televisão. A produ-

ra foi contratada pela agência Propeg, também escolhida sem licitação. A Propeg já havia ganho licitação para outros serviços de comunicação para o governo, pelos quais recebeu Cr\$ 970 milhões.

Ao longo do segundo semestre, o governo federal gastará Cr\$ 2 bilhões em publicidade do "Ministério da Criança" e do projeto "Minha Gente". (Folha de S. Paulo, 4 e 7/6/91)

Repetência é o principal problema

A repetência escolar nas primeiras séries do 1º grau é o principal obstáculo à universalização do ensino básico no país. Pesquisadores e educadores mostraram, em 29 de maio, aos senadores da Comissão de Educação do Senado Federal que as taxas de evasão escolar, ao contrário do que os dados oficiais tentam comprovar,

só são consideráveis entre as classes de baixa renda.

Estudo realizado no ano passado pelo pesquisador Sérgio Costa Ribeiro, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mostra que a taxa de evasão da 1ª para a 2ª série é de apenas 2,3% do total de matrículas, enquanto o ín-

dice de repetência atinge 52,5% dos matriculados. A evasão só é generalizada, de acordo com o estudo, da 4ª para a 5ª série, principalmente por causa da falta de escolas. "As fantásticas taxas de repetência é que impedem a universalização da educação básica no nosso país", alertou Ribeiro. (O Estado de S. Paulo, 30/5/91)

Professores invadem secretaria em MG

A completarem 30 dias de greve, em 5 de junho, os professores da rede estadual de Minas Gerais invadiram o prédio da Secretaria Estadual de Educação. Eles decidiram pela invasão durante assembleia realizada nas escadarias do prédio, quando comunicaram à categoria que a reunião realizada naquela manhã com o secretário da Educação, Walfredo dos Mares Guia, não representou nenhum avanço nas negociações. A ausência de uma contraproposta às reivindica-

ções dos docentes — especialmente a referente à elevação do piso salarial de Cr\$ 30 mil para Cr\$ 126 mil — por parte do estado foi atribuída pelo secretário à falta de recursos nos cofres públicos.

Na pauta de reivindicações dos professores constam cerca de 30 itens, entre eles o repasse mensal direto de verbas federais para as escolas, eleições diretas para diretor e implantação do quadro único de educação. (Gazeta Mercantil/SP, 6/6/91)

Procurados: 26 mil professores

A Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro não sabe o que fazem 26 mil professores. A Lei 1.614, de 24 de janeiro de 1990, que estabeleceu o Plano de Carreira do magistério, criou sete classes de professores.

Os 26 mil que a secretaria está procurando estão contratados como assistente administrativo-edu-

cacional 1 e 2, mas não se sabe onde estão e em que trabalham. São tidos como professores administrativos e, legalmente, não precisam dar aulas. A secretaria supõe que desempenham funções extracurriculares — como atividades culturais — mas o número é considerado excessivo. (O Globo, 7/6/91)

Impasse nas negociações com Collares

As conflituosas relações do governador Alceu Collares com a Assembleia Legislativa gaúcha podem se deteriorar ainda mais com a disposição dos deputados de derrubar os vetos apresentados à lei (aprovada) que homologou o reajuste do magistério público estadual. Caso não seja resolvido o impasse sobre o pagamento dos dias parados e a revisão das punições impostas a professores, a greve, interrompida após 72 dias, poderá ser reiniciada. (Gazeta Mercantil/SP, 5/6/91)

Um milhão de alunos estão sem aula no Rio

Um milhão de alunos da rede estadual do Rio de Janeiro estão sem aulas, desde 19 de maio, devido à paralisação de professores e funcionários de apoio. A greve, de acordo com o Sindicato dos Profissionais de Educação (Sepe) atinge praticamente todas as 2.750 escolas que funcionam no estado, com a adesão dos 120 mil professores e 24,5 mil funcionários de apoio. (Gazeta Mercantil/SP, 5/6/91)

Pacificação nacional possível na Colômbia

O presidente colombiano César Gaviria, numa medida sem precedentes na história do país, no dia 8 de junho dissolveu o Congresso — eleito há pouco mais de um ano — e convocou eleições antecipadas para 6 de outubro. Até a posse dos novos parlamentares, em fevereiro de 1992, as funções de legisladores serão exercidas por 18 membros eleitos entre os 73 integrantes da Assembleia Nacional Constituinte. A convocação de eleições antecipadas visa ratificar a nova situação política da Colômbia, profundamente alterada no último ano. O país, há 40 anos dilacerado pela violência política e, mais recentemente, pela dos "cartéis" do narcotráfico, parece poder agora entrar numa fase de pacificação nacional e de substancial aumento das liberdades políticas.

A nova Constituição, que entra em vigor a partir do dia 5 de julho, garante a todos os partidos iguais

possibilidades de acesso ao governo, diminui os poderes do presidente da República, garante a eleição direta de prefeitos e governadores. Papel destacado na Constituinte foi exercido pelo M-19, um ex-grupo guerrilheiro que em março de 1990 abandonou as armas e entrou na política partidária normal. A aliança entre o M-19 e os partidos tradicionais colombianos permitiu, entre as outras coisas, que na nova Constituição fosse abolida a extradição para os narcotraficantes, permitindo assim um possível fim da "guerra" que os "cartéis" de Medellin e Cali travaram nos últimos cinco anos contra o governo colombiano, matando mais de 2000 pessoas.

Ao mesmo tempo, parecem estar bem encaminhadas as negociações de paz entre o governo e os grupos guerrilheiros de esquerda que ainda continuam a luta armada, começada

há mais de trinta anos. Já foram acertados os termos para um primeiro cessar-fogo, e os dirigentes das Farc (Forças Armadas Revolucionárias Colombianas) e do ELN (Exército de Libertação Nacional) declararam estar interessados em seguir o exemplo de M-19 e ingressar na vida política legal. O principal obstáculo no caminho da pacificação nacional é constituído agora pelos grupos para-militares de extrema direita e pelos esquadrões da morte ligados às Forças Armadas, que por décadas atuaram impunemente na "guerra suja" contra a guerrilha e todos os partidos e sindicatos de esquerda (só nos últimos três anos, foram assassinados mais de mil militantes comunistas da União Patriótica). Estes grupos continuam se opondo a qualquer democratização na vida do país que possa significar uma abertura política progressista. (CEDI, 10/6/91)

África cria mercado comum para 600 milhões de habitantes

Os chefes de Estado dos 51 países-membros da Organização da Unidade Africana (OUA) assinaram em Abuja, Nigéria, o tratado para a criação da Comunidade Econômica Africana (CEA) que beneficiará 600 milhões de habitantes. Inspirado na Comunidade Econômica Européia (CEE), o tratado, que destaca a necessidade de uma integração econômica continental capaz de conduzir à formação de um mercado comum, é considerado a consequência histórica da

renovação democrática nos países africanos. Vinte e oito anos após sua fundação, a OUA considera que já cumpriu seu primeiro objetivo — a descolonização da África e a eliminação das discriminações raciais — apesar de estar ainda pendente, na África do Sul, o processo de abolição do apartheid.

A partir de agora, a OUA deverá se concentrar na recuperação e integração econômicas do continente, num prazo máximo de 34 anos.

Segundo informou o novo presidente da OUA, o presidente da Nigéria Ibrahim Babangida, um grupo de trabalho estudará o valor da indenização a ser recebido pelos estados africanos por 500 anos de escravidão e colonialismo impostos pelos países europeus e pelos Estados Unidos. Não foi ainda decidido pela OUA se o valor da indenização poderá ser convertido em anistia dos US\$ 237 bilhões de dívida externa dos países africanos. (O Globo, 5/6/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTO PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL